

Após a onda de otimismo um período de vacas magras?

24 DEZ 1986

Un. Brasil JORNAL DA TARDE

Passada a onda de otimismo irresponsável que dominou quase todo o ano de 1986, graças a perigosos artificialismos, as informações que nos chegam da área econômica são tão pessimistas que conferem a este Natal um caráter sinistro, transformando-o em uma espécie de marco inicial de um período de vacas magras para todos os brasileiros. A inflação de dois dígitos voltou bem mais depressa do que se imaginava, o preço do petróleo está em alta e mais de seis milhões de contribuintes do Imposto de Renda se preparam para receber outra conta do governo. São sinais concretos de mudança radical das condições que prevaleceram neste ano, pois além de serem obrigados a pagar tudo mais caro, os consumidores verão sua renda disponível declinar em razão do maior peso dos impostos.

Entre todos os problemas, sem dúvida, o mais grave é o novo ciclo inflacionário. Já se prevê um salto dos índices de inflação para 10 ou 15% nos próximos três meses, em consequência do pesado impacto do Cruzado II sobre os preços e as expectativas dos agentes econômicos, reforçadas pelo processo de descongelamento. O custo de vida em São Paulo, para famílias com renda de dois a seis salários mínimos, aumentou 7,96% entre 17 de novembro e 14 de dezembro, pressionado pelos reajustes de preços dos itens que compõem os gastos com alimentação e transporte, os quais subiram 6,39% e 24,31% respectivamente.

Os pesquisadores da Fipe apuraram que o ágio cobrado sobre o preço de tabela das carnes bovina e de frango chega a ser de 180% e que os gastos com veículos próprios aumentaram 37,93% em consequência do Cruzado II, que também elevou as despesas com transportes urbanos em 6,17%. Diante desses números, o economista Juarez Rizzieri, responsável pelo índice de preços da Fipe, acredita que o custo de vida terá alta de 11% neste mês de dezembro, em São Paulo, e de outros 8% em janeiro. Isso significa uma inflação média de 9,9% ao mês ou de 213% ao ano, que é taxa média de um Certificado de Depósito Bancário de 60 dias.

Na realidade, no mesmo dia em que o professor Rizzieri divulgava esses resultados, as taxas de juros davam novo salto no mercado financeiro, atingindo para os grandes lotes 230 e 240% ao ano e mesmo assim havia poucos investidores interessados em aplicar, pois a maioria prefere esperar as decisões da reunião do Conselho Monetário Nacional, marcada para a próxima semana.

Enquanto a maioria dos brasileiros vive a angústia do recrudescimento da inflação, que poderá superar os 30% no período março-dezembro de acordo com estimativas da Fipe, o ministro da Fazenda — ainda influenciado pelos dias de fantasia do Plano Cruzado — sustenta que em dezembro ela não passará dos 5 ou 5,5%. Na primeira hipótese, a inflação acumulada desde março ficaria em 19,56%, mas se o índice de aumento dos preços for de 5,5% a inflação acumulada será de 20,13%, isto é, atingirá o ponto que dispara o gatilho para a aplicação dos reajustes salariais. No entanto, persistem sérias dúvidas sobre a forma de aplicação do gatilho, inclusive sobre se ele vale para o reajuste do salário mínimo.

Pode haver confusão sobre o gatilho, mas é certo que a Petrobrás vai gastar mais dólares em 1987 para importar petróleo, cujos preços subiram aos níveis mais altos dos últimos dez meses logo depois da reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), na qual houve acordo para reduzir a produção do cartel a 15,8 milhões de barris/dia e fixar o preço de referência de US\$ 18,00 por barril.

Se esse preço for mantido, os gastos da Petrobrás com a importação de óleo crescerão 1,15 bilhão de dólares. Ou seja, a despesa com petróleo em nossa pauta de importações, que este ano foi de 2,8 bilhões de dólares, aumentará para 3,95 bilhões de dólares (ainda abaixo dos gastos realizados em 1985, que foram de 5,4 bilhões de dólares). A situação é ruim para o Brasil, pois essa elevação dos dispêndios com petróleo deverá acontecer num momento difícil para a balança comercial, que vem apresentando superávits decrescentes nos últimos meses.

E, para completar esse quadro desfavorável ao bolso dos consumidores, que certamente vão pagar tudo mais caro em 1987, o governo já prepara uma nova conta, pois o número de contribuintes com Imposto de Renda a pagar passará de 1 milhão para 6,3 milhões. Isso significa que as pessoas que normalmente teriam restituição do IR deverão pagar esse imposto, ao apresentarem a declaração de rendimentos auferidos em 1986. Assim, durante pelo menos seis meses o contribuinte estará sofrendo o desconto na fonte, simultaneamente, recolhendo as parcelas do imposto devido em 1986.

É verdade que não se trata de uma surpresa do "Leão", mas de uma consequência do pacote fiscal de dezembro de 1985, que estabeleceu uma tabela de descontos na fonte com alíquotas baixas demais. Mas quem cuidou de reservar numerário para isso? Agora chegou o momento de o contribuinte acertar as contas com o fisco e muita gente que entrou na euforia do consumo de 1986 certamente não está contando com a fatura do IR, que vai pesar nos orçamentos familiares, contribuindo para arrefecer a demanda, hoje excessiva. E o governo, como de costume, não reajustou a tabela do IR, apesar da inflação, impondo à classe média uma carga maior que a devida.

Esses são apenas alguns sinais de que as coisas vão mudar radicalmente na economia brasileira em 1987, quando o País deverá reencontrar-se com as realidades das quais pretendeu escapar em 1986 e com problemas novos como o aumento do petróleo, que pode agravar a já difícil situação de nossas contas externas.